



Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama
do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA
Nº 01 – Ano I – Agosto/2010 – www.revistapindorama.ifba.edu.br

Conchas valem dinheiro, escravos são como zimbos: a efemeridade da extração do zimbo no Sul da Bahia.

Ronaldo Lima da Cruz

Bolsista da Fundação Ford e aluno do Mestrado em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP
ronaldoramses@bol.com.br / ronaldoramses@gmail.com

RESUMO:

Neste artigo procuramos analisar a importância do zimbo no tráfico de escravos e suas implicações na economia do Sul da Bahia, durante o século XVIII. Através dessa análise buscamos compreender como o extrativismo destas conchas na Comarca de Ilhéus e Porto Seguro podem ter contribuído para aumentar os plantéis de escravos africanos.

Palavras-chave: Zimbo - Tráfico de Escravos – Comarca de Ilhéus

INTRODUÇÃO

No sul da Bahia são escassos os trabalhos que exploram temáticas relacionadas à escravidão. A pesquisadora Mary Ann Mahony fez um dos primeiros estudos sobre a inserção do africano nas plantações de cacau na região, porém, esta pesquisa restringe-se basicamente ao século XIX, e visava identificar a demografia dos plantéis de cativos espalhados pelas lavouras de cacau, a constituição familiar, a resistência negra nas fazendas, bem como a participação do negro na região no pós-abolição (MAHONY, 1996). Alguns outros trabalhos sobre o escravismo regional centraram-se basicamente na revolta de escravos do Engenho Santana (MARCIS, 2000). E, portanto, restringe-se a brecha camponesa, a relação entre senhores e cativos e a dinâmica dentro do engenho colonial.

Recentemente o historiador Marcelo Henrique Dias lançou livro abordando aspectos significativos da estrutura agrária da Capitania de Ilhéus. Neste, encontramos dois capítulos das pesquisadoras Neila de Castro e Fernanda Amorim da Silva (DIAS; CARRARA (Org.), 2008), que analisaram a forma de como se dava concessão das cartas de alforria na Ilhéus colonial, e constataram que quantidade razoável dos alforriados eram mulheres, crianças ou pessoas com idade avançada, sendo que algumas alforrias eram condicionais, ou sejam, obrigavam o liberto a prestar serviços em eventuais situações para seu ex-dono.

Na literatura temos o exponencial trabalho de Adonias Filho, Sul da Bahia: chão de cacau faz uma análise histórica e sócio-cultural da “civilização do cacau”, concluindo que o negro escravo não participou da exploração da terra durante o período de implantação da lavoura cacauzeira (Adonias Filho, 1976, p.68). Aí reside o cerne da questão: a visão da elite cacauzeira predominou nas obras históricas, literárias e jornalísticas, porém isso não significa que a história dos excluídos não possa ser pensada enquanto temática de pesquisa. Segundo, Mary Ann Mahony, não é o contingente de escravos que determina se uma sociedade foi ou não escravista, mas, a divisão social entre livres e cativos. Nesta perspectiva: “Precisa-se definitivamente evidenciar a presença de africanos escravos em Ilhéus até a década de 1850 (...)”. (MAHONY, 1996, p.253)

Outra importante discussão é o fato de que as pesquisas que versam sobre a estrutura econômica e a dinâmica social do período colonial no Sul da Bahia não estabelecem uma análise mais profunda da importância do escravismo para a economia de subsistência da região. Segundo Manolo Florentino, a economia nacional possuía um ritmo próprio de funcionamento e, por isso não dependia da conjuntura internacional para regular as flutuações do mercado. No caso específico do tráfico de escravos que sendo um dos ramos de comércio mais rentáveis da economia, constituía um mercado que possibilitava a acumulação do capital e, como consequência favorecia a gestação de um grupo mercantil e de uma elite econômica que, por reterem o excedente econômico, reproduzia a hierarquia social.

Estamos diante de uma lógica econômica daquela existente no capitalismo. Aqui, o sobretrabalho deve garantir a recorrência de uma hierarquia pautada no poder [...] Além disso, o baixo custo dos fatores de produção (homens e terra) permitia aquele desvio de excedente sem que isso levasse a uma ruína imediata da economia. (FLORENTINO, 1997, p.78)

Enfim, alguns outros trabalhos são bastante pontuais e em sua maioria a abordagem restringe-se ao escravismo regional no século XIX, o que nos leva a presumir que durante o período colonial a força de trabalho dos cativos africanos e mestiços na Capitania de Ilhéus não foi relevante legando a este grupo social à invisibilidade na história regional.

Tendo em vista que o escravismo regional constitui um hiato histórico em quase todos os períodos da história sul baiana e, levando em consideração os fatos até aqui expostos faz-se necessário entender a dinâmica do comércio de escravos no Sul da Bahia.

1. O ZIMBO E SUAS INTERFACES: VALOR ARTÍSTICO, COMERCIAL E RELIGIOSO NO BRASIL E ÁFRICA.

Durante o boom do período aurífero os traficantes de escravos tiveram lucros vultosos, enquanto os donos de engenho do nordeste, para manter a regularidade da produção, às vezes eram obrigados a hipotecar as safras vindouras. No nosso caso, o Sul da Bahia contava com a produção de farinha de mandioca que abastecia Salvador e recôncavo baiano, bem como fornecia parte do produto para a alimentação dos escravos que eram transportados da África para o Brasil. Resta ainda o comércio da madeira que se desenvolveu particularmente nas vilas de baixo, como Boipeba, Camamú e Cairú, e eram transportadas para os estaleiros da capital (DIAS, 2003, p.145-177).

Poderíamos citar outros produtos de menor importância, mas chama nossa atenção a relevância do extrativismo do zimbo¹ no Sul da Bahia. O zimbo é uma concha marinha, que existia na África Oriental (Congo e Angola), Ásia (China, Índia e nas ilhas Maldivas) (SOUZA, 1966, p.16), e na América do Sul (Brasil). O zimbo encontrado nestes três continentes são de espécies semelhantes, porém, na África Oriental o zimbo circulava como moeda no comércio entre a população local, mercadores e traficantes de escravos.

Na Bahia o zimbo existia em grande quantidade, e era para muitos mais uns objetos encontrado no litoral sem nenhum valor comercial, artístico ou religioso. Os

¹ O zimbo, pequena concha univalve – denominada cientificamente por *cypraca moneta* ou *cypraea exantheme* e variedades - era encontrado também em África, na costa litorânea de Angola e na Ilha de Luanda. Ao longo do texto o leitor poderá encontrar outras especificações para o produto, que poderá ser citado como jimbo, cimbe ou, simplesmente, cauri.

traficantes de escravos, porém, descobriram nisso a possibilidade de aumentar ainda mais os lucros com o tráfico de africanos para o Brasil, remetendo o zimbo baiano para as costas da África em troca de cativos.

O zimbo brasileiro era extraído nas praias e enseadas da Vila de Ilhéus, na foz do rio Caravelas em Porto Seguro e na Vila de Boipeba.² Aqui talvez resida o cerne do nosso estudo: A Comarca de Ilhéus não explorava ouro para as transações comerciais, e possuía engenhos que produzissem açúcar para hipotecar a fim de que comprássemos escravos. Então, a compra dos africanos que desembarcaram em Ilhéus durante o período colonial era financiada pela produção de alimentos, a exploração madeireira, dentre outras atividades econômicas, que garantiam a reprodução do escravismo na região. Neste sentido a exploração do zimbo teria sido uma atividade econômica complementar no âmbito da economia regional.

Pelo que se tem conhecimento, os búzios ou cauris são usados tanto na África quanto no Brasil. Em Ajuda, no Golfo de Benim, como em parcela considerável da África, as conchas fazem parte dos “fetiches” religiosos. Não é de se estranhar que Francisco Félix de Souza, o Xaxá de Ajuda, em seus primeiros meses naquele continente sobrevivesse dos furtos de búzios deixados nos santuários dos deuses. O Xaxá de Uidá, como muitos outros luso-brasileiros que foram tentar a sorte na África, podem ter se valido da facilidade em que se encontravam as conchas para sobreviverem durante os meses iniciais no continente africano. Pois, segundo observação de Alberto da Costa e Silva, eram as conchas que movimentavam comércio interno.

Numa das numerosíssimas barracas cobertas de palha do grande mercado de Ajuda, recebia-se da vendedora, abrigada sob o teto de palha ou sentada num tamborete atrás do trempe com seu tacho quente um naco de carne salpicada de malagueta contra dois ou três cauris. (...) E talvez obtivesse por uma só conchinha um acará. (SILVA, 2004, p.31-32)

Se na África o zimbo era moeda de comércio, no Brasil o jogo de búzios é historicamente utilizado para adivinhação pelos que recorrem ao candomblé. Aqui é preferível o uso das conchas que chegam diretamente da África, sendo jogado apenas pelos Babalorixás ou Yalorixás que se utilizam 4, 16 ou 32 búzios (SILVA, 2004, p.56).

² Existem relatos de que também se coletava o zimbo na praia de Itapoã em Salvador.

As conchas são geralmente lançadas sobre uma peneira de palhas, esteira, ou sobre um círculo de colares dos orixás.³ Os búzios depois de interpretados servem para dar recados a todos que recorrem à adivinhação no candomblé, por exemplo, dependendo da disposição dos búzios, a pessoa pode ser avisada de uma doença ou de algum infortúnio em sua família. É também pelo jogo de búzios que os adeptos do candomblé podem conhecer qual o Orixá Ihe trouxe ao mundo (SILVA, 2004, p.57).

Além da importância para os rituais religiosos, os cauris servem de adereços nos dois lados do atlântico. Em Angola o uso de búzios era utilizado até mesmo para guerras (SILVA, 2002, p.422) a fim de dar força e axé aos guerreiros muxilundas, assim como tinha outras significações como assinala Câmara Cascudo:

Ainda hoje o búzio é o elemento inevitável na ornamentação pessoal dos pretos, pretas e pretinhos, de Tanganica ao Senegal. Já não vale bois, escravos, mulheres, mas não é possível uma criatura enfeitada para a dança e guerra sem algumas centenas de búzios, artisticamente espalhados pelo corpo, dos jarretes a ornamental cabeleira. (CASCUDO, 1965, p. 154)

As conchas africanas atualmente estão preservadas pelo governo de Angola, mas aqui no Brasil sua importância não se restringe aos enfeites pessoais ou os adereços colocados nas residências, fazem parte da tradição mítica do candomblé, é parte de nossa cultura ancestral.

2. O ZIMBO NO TRÁFICO DE ESCRAVOS PARA A BAHIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA CAPITANIA DE ILHÉUS.

De propriedade do rei do Congo, os cauris ou zimbo eram apanhados apenas pelas mulheres na ilha de Luanda, que avançavam pela água metros e, mergulhando, enchiam de areia uns cestos estreitos e compridos, a que chamavam 'cofos'- cada 'cofo' continha 10 mil zimbos. Em seguida retiravam os zimbos da areia recolhida, sendo os mesmos depois separados segundo o critério de classificação em puro, cascalho e meão (ALENCASTRO, 2000, p. 449). De acordo com Silva,

Em 1571, quando se criou a Capitania e governança de Angola, sendo seu capitão-donatário o nobre português Paulo Dias de Novais, Angola era habitada pelos muxilundas que se dedicavam a coleta de marisco e a pesca de peixes e baleias, entretanto a riqueza da ilha era de fato os zimbos. (SILVA, 2002, p.408)

³ Há diversos tipos de leitura divinatória através de jogo, sem precisar utilizar o gastrópode Cauri. SILVA, 2004. p.58.

Por exercer o monopólio do zimbo com o qual eram comprados os cativos levados a feira do malemo – rio que dava acesso ao Zaire-, o manicongo⁴ parece só ter lucrado politicamente com esse comércio durante o século XVI. Para este fato nos chama atenção as observações feitas por Alberto da Costa e Silva:

Os seus fidalgos deixaram de fazer negócios diretos com os portugueses e voltaram a depender dele, D. Afonso, para receber bens de prestígio por que ansiavam. Isto, porque os tios e angicos – autoridades responsáveis por controlar o comércio negreiro e garantir a segurança daqueles que o praticavam – queriam ser pagos em zimbos, e o rei congues tinha o monopólio dessa moeda tradicional. (Costa e Silva, 2002, p.377)

Exportado por Salvador ou por Ilhéus, o zimbo não era taxado por nenhum imposto colonial. Por esta razão não podemos avaliar a quantidade de zimbo que foi explorado no Sul da Bahia e exportado para as regiões do Congo e Angola. Sobre a inexistência de taxaço do fisco metropolitano assinala Alencastro: “No Brasil se pesca quantidade do mesmo búzio de que se trata – zimbo- e o levam a Angola a vender, em que fazem muito dinheiro e não pagam ao dito Estado nada, nem a Angola” (Alencastro, 2000, p. 254).

O crescimento das exportações de zimbo chegou a níveis tão altos, que o cofo – medida padrão do zimbo luandense - registrou uma desvalorização inflacionária durante todo o século XVII e XVIII, até perder quase todo seu valor comercial, como revela um relatório de 1612: “(...) os [zimbos] do Brasil trazem em muita quantidade que vendem para o reino do Congo e Pinda” (Alencastro, 2000, p. 254). A preocupação das autoridades angolanas impressa neste documento revela que a quantidade exagerada de zimbo estrangeiro não somente desestabilizaria a economia como também iria prejudicar o comércio com outros países.

Medidas antiinflacionárias foram decretadas pelo rei do Congo, seguido pela excomunhão, aplicada pela Igreja Católica, aos indivíduos que trouxessem zimbo estrangeiro para terras das regiões congolesas e angolanas. Estas medidas, porém, não foram suficientes para impedir a entrada de zimbo brasileiro nas feiras africanas. Ressalta Costa e Silva:

Era o sal, aliás, excelente moeda, e se transportava envolto numa espécie de caixa de bambu, a fim de melhor resistir às viagens de moedas e as grandes distâncias. Ao contrário do que sucedia no Congo e, em geral, ao

⁴ O manicongo era o governante do reino do Congo, sob o qual estava jurisdicionada Angola. Para prestar a assistência necessária ao seu reino cobrava impostos em forma de mercadorias e alimentos de todas as tribos de sua governação.

norte do rio Dande, era a mínima aceitação das conchas como dinheiro. Além disso, o valor delas sofrera e continuava a experimentar desvalorização, pelo continuado acréscimo aos zimbos da ilha de Luanda dos cauris das Maldivas e dos búzios da foz do rio Caravelas e de outras **praias do Sul da Bahia**, estes últimos trazidos em enormes quantidades (...). (Costa e Silva, 2002, p.326)

Sobre o zimbo baiano discorre frei Vicente do Salvador: “(...) no rio Caravelas colhia-se muito zimbo, dinheiro de angola, que são uns buziozinhos mui miúdos de que levam pipas cheias e trazem por elas navios de negros”. Por essa época – século XVII-, a vila de Caravelas, pertencente à Capitania de Porto Seguro, contava com quarenta famílias ocupadas na coleta do zimbo exportado para a África Central. A pesca do molusco devia ser feita por ribeirinhos pobres, incluindo aí crianças e mulheres de pescadores, que cuidavam da coleta e armazenamento do produto até a chegada de embarcações aos locais de extração das conchas para a comercialização das mesmas.

Se as proposições levantadas por Borges de Barros (BARROS, 2004, p.158) estiverem corretas, os traficantes de escravos encontraram nas praias de Ilhéus enormes depósitos de zimbo e levaram deles grandes carregamentos para as cidades africanas. Um dos principais pontos de pesca do zimbo foi à restinga do Morro de Pernambuco – localizado no bairro do pontal. Ainda hoje existe uma praia atrás deste acidente geográfico chamado praia da concha.

A vila de Boipeba- que estava sob a jurisdição da Capitania de Ilhéus- foi o outro ponto de coleta do molusco, nessa região. Numa tabela sobre população, produção e rendimentos da Comarca de Ilhéus, feita em 1799, pelo ouvidor Balthasar da Silva Lisboa, figura a exportação do zimbo extraído da Vila de Boipeba para a África (Dias, 2007, p. 90). Em sua “Memória sobre a Comarca de Ilhéus”, Balthasar da Silva Lisboa deixou o seguinte registro:

A Barra do Catú de Boypeba (...) Fica fora desta Barra huma pedra chamada Itapoan em distancia de 40 braças, com canal por huma e outra parte por onde entrão, as canoas e lanxas em direção de leste a Oeste, cuja costa he abundantissima do zimbo bem conhecido de todos, cuja extração fes em outro tempo pequeno ramo de comercio do Povo daquella villa aos Povos da África (...).(LISBOA, 1915, p.22)

Todavia, enquanto Salvador e outras partes do Brasil compravam escravos africanos trocando-os por produtos como açúcar, tabaco e aguardente, a vila de Ilhéus continha em sua costa litorânea mercadoria preciosa para o escambo com os tratistas das feiras africanas e autoridades do Congo e Angola. Segundo os cronistas regionais, as transações negreiras com o zimbo foi um negócio muito

promissor até 1779, quando os traficantes de escravos foram explorar os depósitos de zimbo no “mar grande” (BARROS, 2004, p.158).

De acordo com o exposto até aqui, é possível supor que o zimbo extraído das vilas do Sul da Bahia era pescado por populações ribeirinhas que não detinham propriedades agrícolas de grande relevo para a região. E os laços entre esta população e os traficantes de escravos de Salvador podem ter favorecido as relações comerciais entre o sul baiano e a África. Durante uma investida dos holandeses no litoral de Angola – no primeiro quartel do século XVII -, avistaram um pequeno navio que se aproximava para atracar no porto de Luanda. Os flamengos foram em perseguição da embarcação e acabaram descobrindo que o navio “(...) era um patacho do porte de quarenta e cinco tonéis, procedente de Ilhéus, com carga de farinha, *cimbe* (?) e um pouca de arroz. (...) Tomaram-lhes o arroz, *cimbes*, e uma porção de farinha para seus negros, e largaram o naviozinho.”⁵ Mesmo considerando a pouca intensidade destes laços comerciais, fica evidente que as Comarcas do Sul não estavam totalmente isoladas conforme propõe alguns historiadores (FREITAS; PARAÍSO, 2001).

Mary Ann Mahony (2001), assim como Pierre Verger (2002), ao pesquisar o Golfo de Benin e Luiz Felipe de Alencastro, em relação a Angola, são bastante enfáticos quando ressaltam que entre Brasil e África não prevaleceu o comércio triangular, mas, sim o comércio bilateral. Desta mesma forma acreditamos que durante o período colonial o Sul da Bahia manteve-se interligado ao continente africano tal como Salvador, não somente através do zimbo, mas também com o a produção de farinha e outros.

E podemos sugerir que mesmo abrigando colonos de condições modestas, as capitânicas e, posteriormente, comarcas de Ilhéus e Porto Seguro mantiveram através do tráfico de escravos a renovação de seus plantéis mesmo que em uma constância muito menor se comparada a regiões agroexportadoras. Conforme sugere Marcelo Henrique Dias, foi justamente a mão-de-obra cativa que maximizou a exploração de outros segmentos econômicos na região, tais como a cultura da farinha de mandioca e a exploração dos cortes de madeira do sul da Bahia para os estaleiros de Salvador (GUIMARÃES; MOTTA. 2007, p.104-5).

⁵ História ou Anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais desde seu começo até o fim do ano de 1636 por Joannes de Laet, diretor da mesma companhia. Livros I-IV. in: Anais da Biblioteca Nacional, n.30, 1908, p.71. CAMPOS, 1981, p. 123.

3. FALTAVAM BRAÇOS ESCRAVOS NA ILHÉUS COLONIAL?

Cinco lavradores do Engenho Santana em Ilhéus fizeram uma petição aos jesuítas alegando o mau estado em que se encontrava a propriedade em 1660. A correspondência destes meeiros resultou na visita de inspeção do padre jesuíta Filipe Franco que acabou constatando a escassez de mão-de-obra cativa para o trato com as diversas atividades de que necessitava o Engenho (SCHWARTZ, 1988, p.435). Ora esta é uma entre as muitas queixas feitas pelos moradores da Comarca de Ilhéus para as autoridades régias durante o período colonial. As evidências, porém apontam que na Comarca de Ilhéus não existia carência de braços africanos.

A Bahia foi durante os séculos XVIII um dos principais portos de desembarques de cativos africanos (FLORENTINO, RIBEIRO, SILVA, 2004. p.83). A Costa da Mina era o principal fornecedor de cativos para o porto de Salvador, entretanto crises dinásticas nesta região deterioraram o comércio de cativos e, a partir de 1730 a maior parcela dos escravizados que entravam no Brasil vinham de portos congolezes e angolanos.

Existia na Bahia um fluxo desordenado de escravos, que eram destinados principalmente para as regiões agroexportadoras, e o recôncavo baiano foi o principal destino destes cativos, sendo desfavorecidas neste contexto as capitânicas de Ilhéus e Porto Seguro. Isso só refletia má distribuição demográfica dos escravos que desembarcavam em Salvador. “Ao longo dos setecentos, o Recôncavo Baiano manteve-se como o principal destino dos escravos exportados pelo Golfo de Benin. E entre 1791 e 1830, chegaram a ser endereçados a Bahia 75% dos embarques” (SILVA, 2004, p.45). Observe que parcela considerável dos cativos ficavam em Salvador e na região açucareira do recôncavo já que a agricultura de exportação, como o fumo e o açúcar, exigiam quantidades vultosas de braços cativos se comparados com a cultura da mandioca produzida aqui no Sul da Bahia (SCHWARTZ, 2001, p.157).

Não são raros os testemunhos de africanos trabalhando nas pequenas e médias propriedades de mandioca no Sul da Bahia. Pesquisando nos livros de notas da Comarca de Ilhéus, a historiadora Fernanda Amorim da Silva, constatou a existência de 49 escravos alforriados entre os anos de 1710 a 1758, sendo que a maioria identificada eram de crioulos, ou seja, escravos nascidos no Brasil, alguns

talvez no Sul da Província (SILVA, 2003, p.22). Se a carência de braços era tão aguda como registraram os modestos colonos desta região, e de supor que o número de alforrias concedidas também seja altíssimo para um período onde o preço do africano havia se multiplicado por quatro nas três primeiras décadas do século XVIII (FLORENTINO, RIBEIRO, SILVA, 2004. p.83).

Não estava dentre os objetivos da coroa portuguesa a renovação dos plantéis de escravos que estrategicamente abasteciam Salvador e recôncavo, seja porque a cultura da mandioca não dependesse de muitos braços para o cultivo, ou mesmo porque o extrativismo da madeira assim como a do zimbo estivessem sendo feitas com o braço compulsório do indígena e de indivíduos livres e pobres das áreas de extração.

Porém, existem indícios de que uma das rotas do tráfico de escravos para as regiões auríferas passava pelo sertão da Bahia, e partes destes cativos acabavam sendo distribuídos pelas vilas onde passavam as caravanas. Os moradores da comarca de Ilhéus não estavam alheios a isso tudo, pelo menos os mais abastados agricultores tinham acesso a essa mão-de-obra.⁶

Em 1798, por exemplo, foram enviados de Salvador 168 escravos para as províncias de Minas Gerais, Goiás e o *Sul da Bahia*⁷ (SCHWARTZ. 1988, p.284), sendo muito provável que esta já era uma prática antiga entre os traficantes e os agricultores desta região.

(...) a Bahia exercia um papel complementar para o atendimento da demanda do interior do Brasil. Sugere-se o fato de que parte dos cativos remetidos de Salvador para Minas Gerais acabassem nas vilas, fazendas e veios de Goiás e Mato Grosso, onde entre fins do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX os escravos provenientes da África Ocidental eram maioria entre os africanos. (FLORENTINO, RIBEIRO, SILVA, 2004, p.85)

Apesar de não fazer parte do circuito comercial como uma região agroexportadora, os moradores da Comarca de Ilhéus mantiveram-se em constante interação com os traficantes de Salvador; a finalidade desta ação está relacionada com a constante necessidade dos plantadores em aumentar e/ou renovar seus plantéis de escravos.

⁶ Os cativos que desembarcavam no porto de Salvador com destino a Minas Gerais e Goiás geralmente eram transportados pelo sertão da Bahia em direção as minas atravessando o rio São Francisco.

⁷ Grifo nosso.

Ora, se o acréscimo ou a diminuição dos números de escravos detidos por determinada fração social corresponde ao aumento ou redução de sua capacidade de geração de renda, então a conclusão é simples, embora rica em significados, em última instância o tráfico destinava-se a abastecer de escravos não a sociedade como um todo, mas sim uma elite. (FLORENTINO, 1997, p.56)

Além disso, as relações regionalmente específicas entre mão-de-obra e terra também precisam levar em conta os mercados, tanto externos como internos, haja vista que, esses mercados influíam na demanda de mão-de-obra entre os grandes proprietários.

O zimbo teve importância comercial até meados do século XIX na África e, mesmo sendo um produto de pouco destaque nas exportações baianas, acreditamos que este contribuiu para o crescimento gradativo do número de africanos escravizados na Capitania da Bahia e vilas do sul e baixo sul baiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de meados do século XVIII, a Capitania de São Jorge dos Ilhéus e Porto Seguro estava administrativamente sob a jurisdição da Capitania da Bahia. Neste período a região sul baiana não era economicamente pobre, como também deficiente em mão-de-obra escrava africana se comparada com regiões de economia agroexportadora.

Economicamente os produtos que saíam da comarca de Ilhéus eram encaminhados para Salvador, e parte da produção era exportada para a África. Neste caso estamos nos referindo à farinha de mandioca, que era consumido entre a população da província da Bahia e seu recôncavo. Além da farinha outros produtos de menor importância faziam parte da economia interna desta região, tais como madeiras, alguns parques caixotes de açúcar além de outros gêneros de primeira necessidade.

Ao estudar a extração do zimbo na zona litorânea do Sul da Bahia e sua comercialização marginal em regiões da África, pudemos perceber que a pesca deste molusco se restringiu às vilas de Ilhéus, Porto Seguro e Boipeba e, complementou a economia regional durante quase todo o período colonial. Tal produto fora extraído pelos moradores ribeirinhos das vilas já citadas e, podem ter proporcionado para a região um fluxo irregular de cativos.

Infelizmente, por não existirem registros das transações comerciais envolvendo o zimbo, as fontes para pesquisa são muito restritas. Nossa intenção foi relacionar o tráfico de escravos com o extrativismo do zimbo na comarca de Ilhéus, mas entendemos que a pesquisa não se encontra acabada, apenas lançamos questionamentos para futuro aprofundamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BARROS, Francisco Borges de. **Memória sobre o município de Ilhéus.** 3.ed. Ilhéus: Editus; Fundação Cultural de Ilhéus, 2004.
- BIFANO, M.E. (tradução). **Conchas: guia prático.** São Paulo: Nobel, 64p., 1998
- CAMPOS, João da Silva. **Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus.** Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981.
- CASCUDO, Luis da Câmara. **Made in África.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- Dias, Marcelo Henrique. **As feitorias de madeira e a ocupação territorial da antiga Capitania de Ilhéus.** Revista Especiaria, Ilhéus, n.11/12, 2003.
- DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Angelo Alves. **Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau.** Ilhéus (BA): Editus, 2008.
- FILHO, Adonias. **Sul da Bahia: chão de cacau.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- FLORENTINO, Manolo Garcia. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX).** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre Vieira; SILVA, Daniel Domingues da. **Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX).** Revista Afro-Ásia, nº 31, 83-126, 2004.
- FONSECA, Halysson Gomes da. Monografia de conclusão de curso em história. UESC, 2006.
- FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul, Ilhéus 1534-1940.** Ilhéus: Editus, 2001.
- GUIMARÃES, Elione Silva; MOTTA, Márcia (Orgs.). **Campos em disputa; história agrária e companhia.** São Paulo: Annablume, 2007.
- MAHONY, Mary Ann. **Instrumentos Necessários: escravidão e posse de escravos no Sul da Bahia no século XIX, 1822-1889.** Afro-Ásia, Nº 25-26. Salvador, 95-139, 2001.
- MARCIS, Teresinha. **Viagem ao Engenho de Santana.** Ilhéus: Editus, 2000.
- PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil: colônia e império.** 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

- _____. **Escravos roceiros e rebeldes**. São Paulo: Edusc, 2001.
- SILVA, Alberto da Costa e. **Francisco Félix de Sousa, mercador de escravos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Eduerj, 2000.
- _____. **Um rio chamado atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; UFRJ, 2003.
- _____. **A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700**. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 2002.
- SILVA, Fernanda Amorim da. **Escravos e forros na Ilhéus setecentista**. Monografia de graduação do curso de história da UESC, 2003. 28f.
- SILVA, Maria Conceição da. **Conhecimento científico e o saber popular sobre os moluscos nos terreiros de candomblé de Recife e Olinda, estado de Pernambuco**. Dissertação de mestrado apresentada à Coordenação de Pós-Graduação em Educação da UFPa. João Pessoa, 2006.
- SOUZA, L. Rebelo de. **Moedas de Angola**. Editado pelo Banco de Angola, 1966.
- VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de todos os santos dos séculos XVII a XIX**. 4. ed. São Paulo: Corrupio, 2002.
- VIANA FILHO, LUIZ. **O negro na Bahia**. 2. ed São Paulo; Brasília: Martins: INL, 1976.

Documentos:

- LISBOA, Balthasar da Silva. Memória sobre a Comarca de Ilhéus. in: Anais da Biblioteca Nacional, n.37, 1915.
- História ou Anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais desde seu começo até o fim do ano de 1636 por Joannes de Laet, diretor da mesma companhia. Livros I-IV. in: Anais da Biblioteca Nacional, n.30, 1908.

Publicado, em 22 de agosto de 2010, na www.revistapindorama.ifba.edu.br